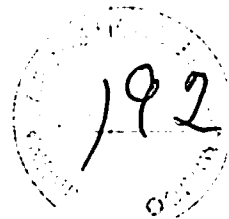




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000462-16.2011.8.17.0650 (0275598-0)

APELANTE: VALDECI MANOEL DA SIVLA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

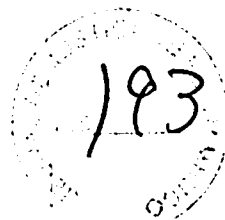
RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO. ART. 157, §§ 1º E 2º, INCISO I, CPB. RECURSO DEFENSÓRIO. NEGATIVA DE AUTORIA E INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENÇÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO SATISFATÓRIO PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA. NÃO PROVIMENTO DO APELO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. Existem provas robustas comprovando tanto a materialidade delitiva quanto a responsabilidade do réu na prática do crime, conforme se depreende do auto de prisão em flagrante, do registro de ocorrência, do auto de apresentação e apreensão, da perícia balística, da prova testemunhal e da confissão do réu.
2. Em que pese a negativa de autoria defendida pelo recorrente, as provas evidenciam a participação efetiva na conduta delitiva imputada, levando-se em consideração especialmente que os crimes patrimoniais ocorrem geralmente na clandestinidade e os depoimentos da vítima e das testemunhas se revestem de fundamental relevância para a elucidação dos fatos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0000462-16.2011.8.17.0650 (0275598-0) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto, conforme o voto do Des. Relator.

Recife, 25 de Set de 2013.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000462-16.2011.8.17.0650 (0275598-0)

APELANTE: VALDECI MANOEL DA SILVA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por **Valdeci Manoel da Silva** em face da sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Glória do Goitá, que o condenou à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e multa de 18 (dezoito) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 1º e § 2º, inciso I, do Código Penal.

A denúncia, baseada no Inquérito Policial, afirma que no dia 12 de junho de 2011, por volta das 20 horas, o acusado, ora apelante, utilizando uma arma de fogo, assaltou o estabelecimento comercial pertencente a José Carlos do Nascimento, localizado no Sítio Lagoinha, em Glória do Goitá, fugindo com a quantia de R\$ 60,00 (sessenta reais) e alguns objetos que estavam expostos à venda naquele comércio.

A exordial acusatória indica, também, que para assegurar a execução do crime, o réu desferiu alguns disparos em direção à vítima e às pessoas que a acompanhavam, e que após diligências policiais o acusado foi encontrado e indicou o local em que a arma de fogo utilizada no crime foi guardada.

O Juízo *a quo*, na sentença (fls. 128/132), entendendo comprovada a materialidade e a autoria delitiva, julgou procedente a denúncia e condenou o réu pela prática de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo, aplicando-lhe a pena-base de 04 (quatro) anos de reclusão, que foi aumentada em virtude da incidência da causa especial de aumento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



prevista no § 2º, do art. 157, do CPB, tornando a sanção definitiva em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 18 (dezoito) dias-multas.

Inconformado, o apelante requer nas razões recursais (fls.137/140), em síntese, a absolvição por negativa de autoria ou pela insuficiência de provas, considerando a prevalência do princípio *in dubio pro reo*.

Em sede de contrarrazões (fls. 148/150), o representante do Ministério Público pugna pela manutenção da sentença recorrida em todos os seus termos, ressaltando que o réu foi preso em flagrante e foi reconhecido pelas vítimas.

No mesmo sentido, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 160/162, opina pelo não provimento do apelo.

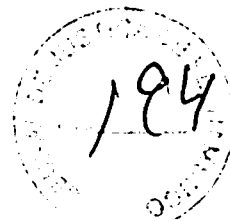
É O RELATÓRIO.

A Douta Revisão.

Recife, 04 de março de 2013. .

Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000462-16.2011.8.17.0650 (0275598-0)

APELANTE: VALDECI MANOEL DA SIVLA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Conforme relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Valdeci Manoel da Silva** em face da sentença proferida pelo Juízo da Comarca de Glória do Goitá, que o condenou à pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e multa de 18 (dezoito) dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 1º e § 2º, inciso I, do Código Penal.

Em suas razões recursais a defesa pleiteia, em síntese, a absolvição por negativa de autoria ou pela insuficiência de provas, por entender que deve prevalecer, neste caso, o princípio *in dubio pro reo*.

Todavia, em análise aos autos, vislumbra-se que a materialidade e a autoria delitiva restaram comprovadas no conjunto probatório, conforme se observa do auto de prisão em flagrante (fls. 20/28), do registro de ocorrência (fl. 31/35), do auto de apresentação e apreensão (fl. 36), da perícia balística (fls. 84/90), e da prova testemunhal produzida em juízo (fls. 106/110), além da confissão do réu.

Com efeito, restou demonstrado nos autos que o acusado, apesar de tentar ocultar sua identidade escondendo parcialmente o rosto com uma camisa, foi reconhecido no momento do crime pelo filho da vítima, Alcides Reis do Nascimento, que às fls. 108 declarou:

"que no dia do fato estava em casa com o seu pai, vítima dos autos, mais um irmão dele depoente, e um amigo conhecido por Seu Zé Luiz. Diz que o acusado chegou armado e dizendo "PERDEU, PERDEU" e anunciou o assalto. Diz o depoente que na hora reconheceu o acusado que era da região. (...) Na hora não disse o nome do acusado para não mostrar a ele que o havia reconhecido e com medo de que o acusado atirasse. Diz que ainda chegou a correr atrás do acusado



185

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

e ele chegou a atirar. Diz que o acusado ao correr tropeçou deixando as coisas cair, mas ainda chegou a levar o dinheiro e um litro de alcatrão. Não sabe dizer se aqui o acusado está envolvido com droga. Diz que após o acusado ter ido embora entraram em contato com a polícia. Diz que não saber dizer por que o acusado chegou pedindo R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), porque não tinham esse valor em casa e o acusado ainda exigiu um três oitão, achando que eles tivessem em casa, mas tanto o referido como a arma de fogo não tinham e nem sabe o porquê ele exigiu."

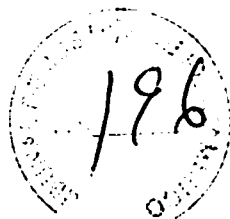
Por sua relevância, transcrevo também o depoimento da vítima, que em consonância com o teor de suas declarações à polícia (fls. 25/26), declarou em juízo:

"Diz que no dia do fato estava em casa, onde também tem um bar. Diz que quando o acusado chegou já foi dizendo "PERDEU, PERDEU, PERDEU", com um revólver em punho e anunciado que era um assalto, na ocasião o acusado estava sozinho e com um pano verde na cabeça. Diz que na Delegacia o filho do depoente, na hora, reconheceu o acusado. Na hora do fato, não se lembra a cor da roupa do acusado. Diz o depoente que na hora não reconheceu o acusado porque tem problema de visão desde pequeno. O acusado pediu a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e a chave da moto só que a vítima não tinha esse valor e acredita que "esse povo" só porque a gente trabalha na roça tem muito dinheiro. Alega, a vítima, que existia sim a moto, mas o filho do depoente tinha saído com ela. Diz, ainda, que a venda estava fechada e o acusado o obrigou a abrir a venda, sempre com a arma de fogo em punho. Diz que o acusado ficou na porta do bar enquanto o depoente pegou R\$ 60,00 (sessenta reais), um litro de vodka, um alcatrão, uma coca-cola de dois litros, duas cervejas de litrão, um pacote contendo 25 unidades de pacote de amendoim. Diz que quando o acusado estava correndo as coisas caíram no chão e ainda atirou em direção da vítima por duas vezes, mas não atingiu ninguém. Afirmo o depoente que na hora do fato estavam presentes dois filhos da vítima. Diz, ainda, que chegaram a correr atrás do acusado. Os fatos se deram por volta das vinte horas. Diz que dos objetos roubados apenas recuperou os objetos, sendo que o acusado levou um litro de alcatrão e o dinheiro. Diz que após a ocorrência do assalto a vítima imediatamente comunicou os fatos à polícia. Diz que um dos filhos do depoente reconheceu o acusado porque ele era conhecido, inclusive já haviam jogado bola juntos, o filho da vítima e o acusado. Diz que desde 2004 a família dele, vítima, conhece o acusado, o qual ainda chegou a morar próximo a casa da vítima."(fl.106)

O policial militar Paulo Delfino de Lima (fl. 107), que participou da condução do acusado até a Delegacia de Polícia, confirmou que o acusado foi encontrado em uma parada de ônibus, e depois de confessar o crime, informou o local em que a arma de fogo estava guardada em sua residência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



Ao ser interrogado perante a autoridade policial, o acusado confessou a prática delitiva e narrou alguns detalhes do crime (fls. 13/14), mas em juízo, disse não lembrar da narrativa anteriormente realizada, apesar de se mostrar arrependido do cometimento do crime (fl. 109).

Assim, apesar da negativa sustentada no apelo, o conjunto probatório evidencia a participação efetiva do recorrente na empreitada criminoso que lhe foi imputada.

Ademais, sendo certo que nos crimes patrimoniais os fatos ocorrem geralmente na clandestinidade, estando presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, a palavra da vítima se reveste de fundamental relevância para a elucidação dos fatos, especialmente quando inexistente animosidade anterior à ocorrência delitiva.

As provas demonstram, portanto, que a autoria do delito restou devidamente comprovada, não havendo elementos que fundamentem a tese defensiva de nulidade na fundamentação empregada na sentença, ou mesmo de insuficiência de provas para a condenação.

Quanto à dosimetria da pena, não contestada no presente recurso, entendo que foram utilizados os fundamentos adequados para a sua fixação em todas as etapas do sistema trifásico, não havendo circunstâncias legais ou judiciais que justifiquem a sua alteração.

Ante o exposto, meu voto é no sentido de **negar provimento ao recurso** interposto pelo réu, Valdeci Manoel da Silva, mantendo-se a sentença condenatória em seus integrais termos.

É COMO VOTO.

Recife, 25 de Setembro de 2013.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000462-16.2011.8.17.0650 (0275598-0)

APELANTE: VALDECI MANOEL DA SILVA

APELADA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

REVISOR EM SUBSTITUIÇÃO: JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO

PROCURADORA DE JUSTIÇA: SUELI GONÇALVES DE ALMEIDA

VOTO

Senhor Presidente,

Senhor Desembargador,

Senhor (a) Procurador(a) de Justiça,

Trata-se de apelação criminal interposta por **VALDECI MANOEL DA SILVA** em face da sentença condenatória proferida pelo Juízo de Direito da Comarca de Glória do Goitá, que impôs pena de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, cumulada com 18 (dezoito) dias multa, em decorrência da prática do ilícito tipificado no art. 157, § 1º e § 2º, inc. I do Código Penal.

A defesa argumenta, em suma, que o apelante é inocente da conduta criminosa que lhe foi imputada e, que a prova não esclarece a autoria delitiva, pelo que se impõe a sua absolvição, em razão do princípio *in dubio pro reo*.

Segundo a denúncia ministerial:

"no dia 12 de junho por volta das 20h00, no estabelecimento comercial de José Carlos do Nascimento, conhecido por "Carlos de Zé Grosso", localizado no Sítio Lagoinha, o denunciado VALDECI MANOEL DA SILVA, mediante grave ameaça exercida com exibição de uma arma de fogo, subtraiu R\$ 60,00 (sessenta reais) em espécie, um litro de alcatrão, um litro de vodka, uma coca-cola de dois litros, duas cervejas, uma tabela de amendoim com 25 unidades, em seguida efetuou disparos com a arma de fogo para assegurar a impunidade do crime e detenção dos objetos, conforme BO de fls. 16/17 e depoimentos de fls. 02/10.

Discorre ainda a peça que, no dia e horário acima apontados, a vítima se encontrava no bar de sua propriedade, na companhia do filho Alcides e do amigo Zé Luiz, quando a propriedade foi invadida pelo denunciado que de rosto coberto e armado rendeu a todos e anunciou o assalto.

Por fim, aduz ainda que, VALDECI exigiu a entrega imediata de quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) a chave da motocicleta e um revólver. A vítima afirmou não possuir tal quantia e tais bens e o denunciado então subtraiu algumas bebidas, comida e R\$ 60,00 (sessenta reais) em espécie, em seguida, o denunciado saiu dizendo que iria fugir com o cavalo da pessoa de Zé Luiz, porém, este tentou impedir a fuga, fazendo o denunciado se desequilibrar e deixando cair alguns objetos. Ato contínuo, o denunciado efetuou disparos com a arma de fogo em direção as vítimas e fugiu do local (...).

A materialidade delitiva mostra-se clara nos autos, diante do auto de apresentação e apreensão de fl. 36, bem como através das declarações e depoimentos coligidos aos autos.

A prova dos autos não se coaduna com o argumento da defesa, pois vários elementos apontam o apelante como o autor do assalto narrado na exordial.

O filho da vítima dos autos, a testemunha Severino Rafael dos Reis, que presenciou o crime, afirmou que reconheceu o apelante no momento do assalto.

O policial que efetuou a prisão informou que o apelante lhe confessou haver praticado o assalto e ainda disse que a arma usada no delito estava e a *res furtiva* estavam em sua residência, fato este confirmado pelos agentes públicos.

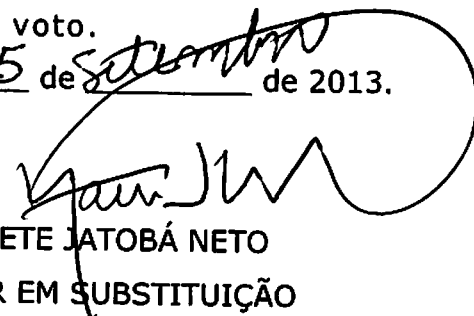
A confissão do perante a autoridade policial se coaduna perfeitamente com a prova dos autos, pelo que se conclui que é incoerente o argumento de que a prova é dúbia quanto à autoria.

A dosimetria realizada pelo Exmo. Magistrado *a quo* também é irretocável, pois foi inicialmente estabelecida no mínimo legal (4 anos) e majorada da menor forma possível (1/3), em razão da qualificadora do uso da arma de fogo.

Por todo o exposto, em sintonia com o parecer ministerial, **voto pelo não provimento da presente apelação criminal, mantendo a sentença inalterada.**

É como voto.

Recife 25 de Setembro de 2013.


JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO
REVISOR EM SUBSTITUIÇÃO